

Pesquisa de doutrina nos *sites* das Bibliotecas Virtuais – Parte I

Um dos fenômenos mais significativos em matéria de recuperação de doutrina jurídica em meios eletrônicos está representado no desenvolvimento de *bibliotecas virtuais*.

As bibliotecas virtuais são *sites* ou espaços em *sites* de órgãos e entidades inseridos no mundo do direito onde são disponibilizados conteúdos jurídicos nas mais diversas formas. Vejamos algumas das principais bibliotecas jurídicas virtuais (na internet jurídica brasileira).

O Superior Tribunal de Justiça - STJ mantém a Biblioteca Digital Jurídica – BDJur. Trata-se de um repositório de documentos jurídicos em inteiro teor, tais como artigos de periódicos, capítulos de livro, teses, dissertações, decisões jurisprudenciais, palestras, vídeos de sessões de julgamento, discursos, notícias de jornais, *working papers*, *preprints*, relatórios técnicos, comunicações a conferências, arquivos de áudio, conjuntos de dados, entre outros. Atualmente, estão disponíveis 2.940 títulos distribuídos em coleções atualizadas diariamente. Os usuários da BDJur podem receber, mediante cadastramento, avisos por correio eletrônico quando é acrescentado um documento novo a uma coleção. Acesse a BDJur no seguinte endereço eletrônico: <http://bdjur.stj.gov.br>.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES viabiliza para professores, pesquisadores, alunos e funcionários de 163 instituições de ensino superior e de pesquisa em todo o país o acesso, via internet, à produção científica mundial atualizada através do Portal .periodicos. CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br>). É possível consultar textos completos de artigos de mais de 10.520 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e a mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. O uso do Portal é livre e gratuito a partir de qualquer terminal ligado à internet localizado nas próprias instituições participantes.

A CAPES mantém, ainda, um portal de acesso livre (sem a necessidade de uso de terminal de uma das instituições de ensino mencionadas anteriormente), via internet, para periódicos com textos completos, bases de dados referenciais com resumos, patentes, teses e dissertações, estatísticas e outras publicações acadêmicas. Nesse caso, o endereço eletrônico a ser visitado é o seguinte: <http://acessolivre.capes.gov.br>.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP mantém, como resultado de um projeto de pesquisa, a Scientific Electronic Library Online – SciELO. Trata-se de uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, inclusive jurídicos. A interface SciELO viabiliza o acesso aos textos através: a) de uma lista alfabética de títulos; b) de uma lista de assuntos; c) de um índice de autor e d) de um formulário de pesquisa com busca pelo autor, palavras do título, assunto, palavras do texto e ano de publicação. O acesso a biblioteca pode ser realizado por intermédio do seguinte endereço eletrônico: <http://www.scielo.br>.

Brasília, 15 de outubro de 2006.

Aldemario Araujo Castro

Procurador da Fazenda Nacional

Mestre em Direito

Professor de Informática Jurídica e Direito da Informática da Universidade Católica de Brasília

Coordenador da Especialização (a distância) em Direito do Estado da Universidade Católica de Brasília

Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Eletrônico – IBDE

Membro do Conselho Consultivo da Associação Paulista de Estudos Tributários – APET

Co-autor do livro Manual de Informática Jurídica e Direito da Informática



Site: <http://www.aldemario.adv.br>